

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso Contencioso de Apresentação de Candidatura n.º 14/2024, em que é recorrente o **Partido Popular (PP)** e entidade recorrida o **Tribunal Judicial da Comarca da Boa Vista**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 93/2024

(Nos autos de Recurso Contencioso de apresentação de candidaturas às eleições municipais em que é recorrente o Partido Popular e recorrido o Tribunal de Comarca da Boa Vista)

I. Relatório

1. O Partido Popular, inconformado com a decisão do Meritíssimo Juiz de Comarca da Boa Vista, que não aceitou a sua lista de candidatura às eleições municipais de 1 de dezembro de 2024 na Boa Vista, em que apresentou lista apenas para a Assembleia Municipal e não igualmente para a Câmara Municipal do mesmo município, vem apresentar recurso da decisão que rejeitou a sua candidatura.

2. O recurso tem por base o seguinte antecedente: após a apresentação da lista o Meritíssimo Juiz a 28.10. 2024 emitiu um despacho do seguinte teor «*Havendo a possibilidade de rejeição da candidatura do Partido Popular- Cabo Verde, abreviadamente designado P.P., concorrente apenas à Assembleia Municipal, sem a apresentação de uma lista para a Câmara Municipal, determino que se notifique o Sr. mandatário para efeito de contraditório no prazo de 24 horas*».

3. Notificado o Senhor mandatário da candidatura do PP no dia 29 de outubro, este viria a reagir no dia 30 de outubro, afirmando o seguinte:

A. «*Não nos foi dado a conhecer os fundamentos legais que suportaram tal pedido de rejeição de candidatura, pois vasculhamos o Código Eleitoral de início ao fim, não encontramos qualquer dispositivo legal que suportasse tal pedido de rejeição da*

candidatura, uma vez que a Assembleia e a Câmara são dois órgãos independentes com funções próprias, apesar de haver complementaridade entre os mesmos;

B. No mandato anterior, 2020 a 2024, o Partido Popular elegeu 3 deputados à Assembleia Municipal da Boa Vista, concorrendo apenas à Assembleia Municipal e não houve qualquer pedido de impugnação da candidatura, por ter concorrido apenas à Assembleia Municipal;

C. No Município da Praia, a candidatura do PP, apresentada também apenas à Assembleia Nacional foi já aceite pelo Juiz, Ary Santos, pelo que entendemos que é de uma atitude antidemocrática tal pedido, atitude que define a unilateralidade das decisões, quando a pluralidade de uma assembleia municipal é mais amiga da defesa do interesse dos munícipes;

D. A apresentação das candidaturas do Partido Popular apenas a Assembleias Municipais segue a linha de ação defendida pelo PP, ou seja, a PARLAMENTARIZAÇÃO DO PODER MUNICIPAL, pois para o governo (poder central) o cidadão elege apenas os deputados e a lista vencedora forma o Governo Central (não se elege o Governo de forma independente e o Parlamento de forma independente, com apenas um voto o cidadão elege o parlamento e o governo é a mesma situação que defendemos para os órgãos municipais)

E. Assim, vem o mandatário da lista do PP à assembleia municipal da Boa Vista solicitar que o Meritíssimo Juiz considere improcedente o pedido de rejeição da candidatura do PP à Assembleia Municipal da Boa Vista por manifesta falta de fundamentos legal e de facto».

4. O meritíssimo Juiz por despacho de 30 de outubro de 2024 decidiu rejeitar a lista concorrente do PP pelo facto de ele concorrer somente à Assembleia Municipal. Apresenta um conjunto de argumentos que podem ser sintetizados no seguinte:

a) As eleições em causa pressupõem a existência de uma única lista integradora com candidatos concorrentes à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal;

b) Não existe uma única norma a prever a possibilidade de se concorrer apenas a um dos órgãos;

c) Quem concorre deve concorrer para os dois órgãos;

d) Na eventualidade de uma lista ganhar as eleições para a Assembleia Municipal pode haver entraves e bloqueios à governabilidade e sustentabilidade governativa municipal;

5. Na peça de recurso apresentada ao Tribunal de Comarca da Boa Vista, mas destinada ao Tribunal Constitucional, o Partido Popular, através do seu ilustre mandatário, apresentou os seus fundamentos, considerando ilegal e indiciadora de atitude antidemocrática a decisão de rejeição da candidatura, nos termos que se seguem: «

5.1. O Tribunal rejeitou a candidatura do Partido Popular à Assembleia Municipal da Boa Vista, por entender que o Partido Popular devia apresentar duas listas - uma lista para Câmara e outra lista para Assembleia Municipal;

5.2. Esta rejeição da candidatura é ilegal, visto que não há qualquer dispositivo no Código Eleitoral que suporte esta posição do Tribunal da Comarca da Boa Vista, posição esta que contraria a posição dos outros tribunais, a saber:

i. No Juízo Cível do Tribunal da Comarca da Praia, a candidatura do PP, foi apresentada apenas à Assembleia Municipal da Praia, foi aceite e não foi exigida a apresentação da lista à Câmara, pois são órgãos independentes.

ii. Também, no Juízo Cível do Tribunal da Comarca de São Domingos, a candidatura do PP, apresentada apenas à Assembleia Municipal de São Domingos, foi aceite e não foi exigida a apresentação da lista à Câmara, pois são órgãos independentes;

iii. No mandato anterior, 2020 a 2024, o Partido Popular elegeu 3 deputados municipais da Boa Vista;

5.3. Com efeito, para fundamentar a presente rejeição da candidatura, o Tribunal da Comarca da Boa Vista recorre à lei do Estatuto dos Municípios, quando em matéria

eleitoral tem mais relevância o Código Eleitoral que, vasculhando de início ao fim, não tem qualquer dispositivo legal que suporte tal rejeição da candidatura;

5.4. A rejeição da candidatura à Assembleia Municipal da Boa Vista configura a aproximação de uma atitude antidemocrática, pois quanto mais for a pluralidade de uma assembleia municipal, maior é a possibilidade de defesa do interesse dos munícipes;

(...)

5.5. Foram apresentados todos os documentos necessários para fazerem prova de capacidade eleitoral dos candidatos, em respeito ao Artigo 348º do Código Eleitoral;

5.6. A lista apresentada contém o número exigido de candidatos efetivos e suplentes, respeitando o dispositivo previsto no Artigo 352º do Código Eleitoral;

6. O recorrente termina pedindo ao Tribunal Constitucional que declare improcedente a rejeição da candidatura do Partido Popular à Assembleia Municipal da Boa Vista, por manifesta ilegalidade, mandando aceitar a referida lista.

II. Fundamentação

1. O objeto do recurso é a decisão do meritíssimo juiz que não aceitou a candidatura do PP para apenas um órgão do município, designadamente a Assembleia Municipal, órgão deliberativo, eleito diretamente pelos cidadãos, por força da Constituição, e perante o qual a Câmara Municipal responde politicamente (artigo 234º da CRCV).

2. Antes de procedermos à análise do mérito impõe-se ver se estão verificados os pressupostos de admissibilidade do recurso.

3. O artigo 353º do CE estabelece que das decisões finais do Tribunal de Comarca relativas à apresentação de candidaturas cabe recurso para o Tribunal Constitucional no prazo de quarenta e oito horas a contar da notificação da decisão.

4. A decisão em causa aqui é a contida no despacho de 30 de outubro, que foi notificada ao Partido Popular no mesmo dia. Portanto, estamos perante um ato recorável, nos termos do artigo citado (353º do CE)

5. Nos termos do artigo 354º do CE têm legitimidade para recorrer de tais atos os candidatos, os mandatários das listas e os partidos políticos ou coligações concorrentes à eleição no círculo eleitoral. No caso concreto, foi o mandatário da candidatura do PP, Senhor José Armando Correia Ferreira, que interpôs o recurso, pelo que não se coloca qualquer problema de legitimidade.

6. O recurso foi interposto no dia 31 de outubro passado, dentro do prazo de 48 horas, pelo que o foi tempestivamente.

7. Obviamente, o Tribunal Constitucional é órgão competente nos termos do artigo 353º do CE, para julgar o recurso, sendo também certo que o recurso deu entrada no Tribunal que proferiu a decisão recorrida.

8. Como se viu anteriormente a argumentação do meritíssimo Juiz para não admitir o recurso baseia-se essencialmente no seguinte:

a) As eleições em causa pressupõem a existência de uma única lista integradora com candidatos concorrentes à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal;

b) Não existe uma única norma a prever a possibilidade de se concorrer apenas a um dos órgãos;

c) Quem concorre deve concorrer para os dois órgãos.

9. A argumentação do recorrente é essencialmente a seguinte, como se viu:

a) Não há dispositivo no Código Eleitoral que suporte a pretensão de rejeitar a candidatura pelo facto de um partido apresentar apenas uma lista para a Assembleia

Municipal, não apresentando simultaneamente outra lista para a Câmara Municipal, pois que a que a Assembleia e a Câmara são órgãos independentes com funções próprias apesar de complementares;

b) No mandato anterior o PP elegeu 3 deputados municipais e não houve nenhum pedido de impugnação da candidatura;

c) No município da Praia a candidatura do PP para as presentes eleições já foi admitida pelo Meritíssimo Juiz da Comarca da Praia;

d) Pedir a rejeição da candidatura será antidemocrático, até porque a Assembleia é mais amiga da defesa dos interesses dos munícipes;

10. A questão central que se coloca aqui e a que o Tribunal Constitucional deve responder é a seguinte: Existe uma imposição legal para que os partidos ou grupos de cidadãos, enquanto entidades com poderes de apresentação de candidaturas às eleições municipais, apresentem obrigatoriamente uma lista para a Assembleia Municipal e outra para a Câmara, quando concorrem às eleições municipais.

11. Antes de respondermos a esta questão impõe-se fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, é preciso ter em conta que em Cabo Verde vigora o princípio da soberania popular, em que o povo exerce o poder político através do referendo, do sufrágio e de outras formas constitucionalmente estabelecidas (artigos 3º e 4º da CRCV) . Em segundo lugar, que, nos termos do artigo 55º da CRCV, todos os cidadãos têm o direito de participar na vida política diretamente e através dos seus representantes. livremente eleitos. Em terceiro lugar, que os partidos políticos desempenham um papel central na democracia cabo-verdiana, reconhecendo-lhes a Constituição e a lei o poder de apresentar candidaturas nas eleições legislativas e autárquicas. No caso das legislativas os partidos detêm o monopólio de apresentação de candidaturas, enquanto no caso das eleições autárquicas compartilham esse poder com os grupos de cidadãos independentes. (artigo 106º).

12. A Constituição da República regula o sistema de organização do Poder Local no artigo 234º estipulando que a organização das autarquias locais compreende uma assembleia eleita, com poderes deliberativos e um órgão colegial executivo responsável perante aquela.

13. Consideremos agora a questão central: Existe uma imposição legal para que os partidos ou grupos de cidadãos, enquanto entidades com poderes de apresentação de candidaturas às eleições municipais, apresentem obrigatoriamente uma lista para a Assembleia Municipal e outra para a Câmara, quando concorrem às eleições municipais?

Antes de mais, é preciso notar que normalmente os partidos políticos com vocação de poder e que estão em condições de exercer plenamente as funções típicas ou tradicionais dos partidos procurarão sempre ter acesso aos órgãos de base eletiva e na medida do possível também aos órgãos que se constituam com base em outro título de designação, designadamente por nomeação. Assim, é normal que os partidos para as eleições autárquicas apresentem candidaturas tanto para a Assembleia Municipal como também para a Câmara Municipal, pois que se trata de órgãos de definição e execução de políticas públicas municipais. Neste sentido é compreensível a posição do meritíssimo juiz quando olha para o poder local como um sistema e aponta a emergência de listas integradoras como algo de positivo para a dinâmica e quiçá, harmonia, do sistema de «governo» local.

14. No entanto, olhando para o Código Eleitoral a verdade é que não existe um único artigo que determine que um partido ou um grupo de cidadãos independentes tenha a obrigação de, ao concorrer para as eleições municipais, apresentar uma lista para a Assembleia Municipal e outra para a Câmara Municipal simultaneamente. A apresentação de candidatura é um poder dos partidos políticos e dos grupos de cidadãos e cabe a eles decidir se em determinado momento apresentam uma candidatura num círculo eleitoral ou, não, ou quando a apresentam se o fazem para um órgão ou para mais do que um. Não aceitar a candidatura de um partido político, nestas condições significaria impedir, sem qualquer base legal, que ele realize um conjunto das suas funções no quadro institucional, afetando negativamente o direito fundamental do cidadão à participação política.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, acordam em dar provimento ao recurso, revogando o despacho recorrido.

Isento de custas, por não serem devidas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 05 de novembro de 2024

Os Juízes Conselheiros,

Aristides R. Lima (Relator)

João Pinto Semedo

José Pina Delgado

(Nos termos da parte final do n.º 1 do artigo 150.º do CPC, aplicável ex vi do art.º 50º da Lei do Tribunal Constitucional, não assina o Acórdão por se encontrar ausente)

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 05 de novembro de 2024.

O Secretário,

João Borges